



## **À COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE JATAÍ – GO**

**Assunto:** Contrarrazões ao Recurso Administrativo – Pregão Eletrônico nº 004/2025

**Objeto:** Contratação de empresa para prestação de serviços continuados, com cessão de mão de obra residente na sede da Câmara Municipal de Jataí, abrangendo um cargo de assistente de relações-públicas e gestor de comunicação.

**QUALITY PRESTADORA LOCAÇÕES E COMÉRCIO LTDA**, já qualificada nos autos, por seu representante legal e advogado infra-assinado, vem apresentar, com fundamento no art. 165, §3º da Lei nº 14.133/2021, as seguintes:

### **CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO**

em face do recurso interposto pela empresa Brio Soluções Ltda, conforme fundamentos a seguir:

#### **I – SÍNTESE DO RECURSO**

A empresa recorrente alega que o **atestado de capacidade técnica** apresentado pela ora recorrida não atenderia ao disposto no item 5.1 do Termo de Referência do edital, por se referir a serviços de limpeza e portaria, os quais não estariam relacionados ao objeto da presente licitação.

Aduz, ainda, que esclarecimento prestado pela Comissão teria vinculado a Administração a restringir a aceitação de atestados exclusivamente àqueles que demonstrassem experiência com cargos específicos de comunicação institucional.

#### **II – DO DIREITO E DA COMPATIBILIDADE DO ATESTADO APRESENTADO**

O atestado apresentado pela QUALITY PRESTADORA LOCAÇÕES E COMÉRCIO LTDA (emitido pela empresa Empório Lima) certifica a prestação de serviços contínuos com **cessão de mão de obra residente**, relativos a limpeza, conservação, copeiragem e portaria.



Embora as funções descritas no atestado não sejam idênticas ao objeto da licitação, o documento demonstra capacidade técnica para gerenciamento e alocação de mão de obra em regime continuado, que é o núcleo essencial da contratação pretendida.

A Lei nº 14.133/2021, em seu art. 67, §5º, dispõe que:

“§ 5º Em se tratando de serviços contínuos, o edital poderá exigir certidão ou atestado que demonstre que o licitante tenha executado **serviços similares ao objeto da licitação**, em períodos sucessivos ou não, por um prazo mínimo, que não poderá ser superior a 3 (três) anos.” (grifo nosso)

Ou seja, a própria Lei não se exige identidade absoluta entre os objetos, mas sim semelhança ou compatibilidade.

Observe-se que a norma não exige identidade absoluta entre os objetos, mas sim semelhança ou compatibilidade, o que é fundamental para garantir a razoabilidade, a isonomia e a competitividade do certame, conforme princípios expressos no art. 5º da mesma Lei.

Nesse contexto, o atestado apresentado pela empresa **QUALITY PRESTADORA LOCAÇÕES E COMÉRCIO LTDA** comprova de forma idônea a prestação de serviços contínuos com cessão de mão de obra residente, ainda que vinculada a atividades como limpeza, conservação e portaria. O que se comprova, portanto, é a capacidade da empresa em administrar contratos com alocação de pessoal qualificado, sob regime de prestação continuada, que é o núcleo essencial do objeto licitado.

### **III – DA NÃO VINCULAÇÃO A ESCLARECIMENTOS QUE CONTRARIEM A LEI**

O esclarecimento emitido pela Comissão de Licitação não pode ser interpretado no sentido de restringir a aceitação de atestados com base em cargos específicos, sob pena de **ilegal vinculação a requisito não previsto na lei**. Isso configuraria exigência desproporcional e ofensa ao art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

A exigência do edital (item 5.1 do Termo de Referência) e o disposto no art. 67, §1º, da Lei nº 14.133/2021 determinam que a comprovação de capacidade técnica se faça por meio de experiência **pertinente e compatível**, não necessariamente **idêntica** ao objeto da licitação.



#### IV – DA INTERPRETAÇÃO ABUSIVA DO ESCLARECIMENTO DO EDITAL

O esclarecimento emitido pela Comissão deve ser interpretado em harmonia com os princípios da legalidade, isonomia, razoabilidade e competitividade, não podendo se sobrepor à própria Lei nº 14.133/2021 e jurisprudências.

Vedaria-se, por exemplo, atestados completamente alheios à natureza do serviço (como serviços de entrega ou consultoria jurídica). Mas não se pode estender a vedação ao ponto de **excluir atestados de gestão de mão de obra continuada**, que guardam relação direta com a contratação pretendida.

O atestado apresentado pela QUALITY descreve fielmente a execução de serviços com mesmas características técnicas, operacionais e funcionais àqueles exigidos no Termo de Referência da licitação, ainda que haja diferenças de nomenclatura ou detalhamento, o que é natural entre contratos distintos.

Vale ainda aqui ressaltar que a Recorrente fundamenta e cita em seu Recurso no Item II – DO DIREITO o artigo “14, inciso III, da Lei 14.133/2021” alegando que:

“Nos termos do art. 14, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, a documentação relativa à qualificação técnica deve comprovar o cumprimento de requisitos de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com as características do objeto da licitação.

Ora Senhor (a) Pregoeiro (a) o mencionado artigo expresso na Legislação, Lei 14.133/21, trata sobre impedimento em disputar licitação ou obter contratação decorrente de sanção imposta a participante, senão vejamos:

Art. 14. Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:

III - pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

O que não vem ao caso, uma vez que a empresa **QUALITY PRESTADORA LOCAÇÕES E COMÉRCIO LTDA** foi habilitada no presente certame, apresentando até





mesmo certidões de idoneidade e improbidade junto aos documentos enviados, estando apta a participação.

Diante de tal citação e referência legislativa pela Recorrente, demonstra tão somente o intuito de tumultuar o bom andamento do procedimento licitatório.

#### **V – DO PEDIDO**

Diante do exposto, requer-se:

O não provimento do recurso interposto pela empresa Brio Soluções Ltda.;

A manutenção da habilitação da empresa QUALLITY PRESTADORA LOCAÇÕES E COMÉRCIO LTDA, com base na compatibilidade entre o atestado apresentado e o objeto da licitação;

O regular prosseguimento do certame, com base nos princípios da legalidade, competitividade e vinculação ao edital.

Termos em que,

Pede deferimento.

Goiânia – GO, 10 de junho de 2025

Joao Junior

Sócio/Procurador

**QUALLITY PRESTADORA  
LOCAÇÕES E COMERCIO LTDA**

**CNPJ nº 49.178.524.0001-66**

**BRUNO GOMES PERES ROCHA  
ADVOGADO/OAB GO 75662**



Documento assinado digitalmente por:

**BRUNO GOMES PERES ROCHA**

01122865180

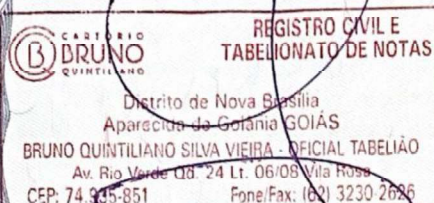
2025-06-10T14:32:45-03:00





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO DE GOIÁS  
Tabelionato de Notas e Registro Civil das Pessoas Naturais  
Comarca de Aparecida de Goiânia - Goiás / Distrito de Nova Brasília  
**Bruno Quintiliano Silva Vieira**  
Oficial e Tabelião

LIVRO : 2249-P  
FOLHA : 089  
NUMERO : 29251520



**Procuração Pública** que nestas notas faz **QUALITY PRESTADORA LOCACOES E COMERCIO LTDA**, na forma abaixo declarada:

Saibam quantos este público instrumento de PROCURAÇÃO bastante virem que, aos sete dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e quatro (07/08/2024), neste distrito de NOVA BRASÍLIA, Município e Comarca de APARECIDA DE GOIÂNIA, Estado de GOIÁS, em Cartório, perante mim, Escrevente, compareceu como outorgante: **QUALITY PRESTADORA LOCACOES E COMERCIO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado com sede e foro à Avenida T-2, quadra 70, lote 10, casa 05, Setor Bueno, na cidade de Goiânia/Goiás, inscrita no C.N.P.J. sob o número 49.178.524/0001-66, email: não informado, nos termos do Provimento 61 do CNJ, nos termos do Contrato Social de Constituição de Sociedade Empresária Limitada, de 12/01/2023, Registrado na Junta Comercial do Estado de Goiás, em 13/01/2023; e Certidão Simplificada expedida pela mesma Junta Comercial, em 02/08/2024; último arquivamento: data: 13/01/2023, número: 20230078010, ato: 090/315, evento: enquadramento de microempresa; neste ato representada por: **JOAO PEREIRA DA SILVA**, brasileiro, pastor, casado, conforme declaração, nascido em 16/07/1955, filiação: Nicolau Pereira de Souza e Tercina Nogueira de Souza, portador da Cédula de Identidade expedida pela SSP/GO; e inscrito no CPF/MF sob nº 892.783.488-72, email: não informado, nos termos do Provimento 61 do CNJ, residente e domiciliado à Avenida T-14, quadra 167, lote 03A a 09A, Setor Bueno, na cidade de Goiânia/Goiás; reconhecida como a própria por mim, pelos documentos exibidos, no original, e de cuja capacidade jurídica dou fé. Então, por ela, me foi dito que, por este público instrumento e nos melhores termos de direito, nomeia e constitui seu bastante procurador: **JOAO PEREIRA DA SILVA JUNIOR**, brasileiro, empresário, casado, conforme declaração, nascido em 23/10/1983, filiação: João Pereira da Silva e Ana Tereza Oliveira da Silva, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº: 02211386678 DETRAN/GO, onde consta o RG nº 4466071 DGPC/GO; e inscrito no CPF/MF sob nº 969.940.531-72, email: não informado, nos termos do Provimento 61 do CNJ, residente e domiciliado à Avenida T-15, quadra 150, lote 2/3, nº 885, Apt. 401, Condomínio Ed. Escandinavia, Setor Bueno, na cidade de Goiânia/Goiás; a quem confere amplos poderes, para representa-lo perante quaisquer Pessoas Jurídicas de Direito Público ou Privado, seus órgãos, ministérios e repartições de qualquer natureza, inclusive autarquias e entidades paraestatais, bem como quaisquer sociedades de economia mista, especialmente e com fim único e exclusivo para junto à **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO SUDOESTE GOIANO – SICOOB CREDI-RURAL** e ao **BANCO COOPERATIVO SICOOB S.A – BANCO SICOOB**, a fim de associar-se e demitir-se; assinar cadastro, abrir, movimentar e encerrar contas correntes de depósito, conta poupança e contas de aplicações financeiras; solicitar alteração de PA (Posto de Atendimento), solicitar e retirar cartões eletrônicos, cadastrar e alterar senhas eletrônicas, cadastrar e alterar senhas dos cartões; requisitar, emitir e endossar cheques; fazer saques e retiradas mediante recibos; autorizar débitos, transferências e pagamentos; solicitar saldos e extratos; fazer transferências e pagamentos para qualquer parte do País, ou mesmo para o Exterior; solicitar movimentações em cota capital: restituição, transferência, cessão de cotas e receber devoluções; poderes ainda para concordar com valores e taxas,





LIVRO : 2249-P  
FOLHA : 089V  
NUMERO : 29251520

assinar propostas e contratos de crédito, solicitar extratos das operações de crédito, prestar, em meu nome, fiança em favor de terceiros, além de avais e garantias reais (hipotecas, alienações) exigidos pela Cooperativa, Banco Sicoob e BNDES, bem como contrair as seguintes modalidades de operações de crédito: desconto de títulos diversos, empréstimos, financiamentos rurais, financiamentos de veículos, máquinas e implementos, financiamentos de benfeitorias, insumos agropecuários e semoventes, financiamentos do BNDES, financiamentos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, conta garantida e/ou cheque especial, emitir Cédulas de Produtos Rurais Financeiras – C.P.R.F., fazer proposta de adesão de cartão de crédito e endossar títulos de crédito, para receber e dar quitação e para assinar demais documentos que forem necessários, para renunciar ao benefício de exoneração da fiança previsto em lei; enfim, praticar todos os demais atos necessários ao bom e fiel cumprimento do presente mandato; **SUBSTABELECIMENTO: Não podendo substabelecer. PRAZO DE VALIDADE: A presente procuração é outorgada por prazo indeterminado. Certifico que os dados e elementos contidos neste instrumento foram fornecidos por declaração, ficando a outorgante responsável por sua veracidade, bem como por qualquer incorreção, isentando assim, estas Notas, de quaisquer responsabilidade civil e criminal. Certifico ainda que a presente foi feita sob MINUTA apresentada.** Que os documentos apresentados pela outorgante ficam arquivados de forma eletrônica no presente ato, nos termos do artigo 347 do Código de Normas e Procedimentos do Foro Extrajudicial do Estado de Goiás. . **SINAL PÚBLICO conforme Provimento nº.18 do CNJ - Conselho Nacional de Justiça - site: [www.censec.org.br](http://www.censec.org.br).** Certifico que o presente ato está protocolado sob n.29251520, de 07/08/2024. E de como assim disse e me pediu, do que dou fé, eu, MIRIAM QUINTINO DA SILVA TORRES Escrevente lhe lavrei o presente instrumento, o qual feito e lhe sendo lido em voz alta, aceita, outorga e assina. Dispensas testemunhas nos termos da Lei 6.952 de 06.11.81. Em testº \_\_\_\_\_ da verdade. Emolumentos: R\$.66,63. Taxa Judiciária: R\$ 18,29. Fundesp: R\$.6,66. ISSQN: R\$.2,00. Funemp: R\$.2,00. Funcomp: R\$.2,00. Funproge: R\$.1,33. Fundep: R\$.0,83. Advdativos: R\$.1,33. Valor total: R\$ 101,07. Taxa Judiciária e Fundos (instituídos pela Lei Estadual 19.191) recolhidos por guia própria. Digitador(a): IZADORA MARIA ZANATTA RAMOS RIBEIRO. Selo(s) eletrônico nº 01012408012694723490025 - Consulte em <http://extrajudicial.tjgo.jus.br/selo>. Aparecida de Goiânia/GO - Distrito Judiciário de Nova Brasília, 07 de agosto de 2024. JOAO PEREIRA DA SILVA.

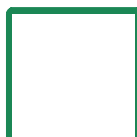
//

MIRIAM QUINTINO DA SILVA TORRES  
Escrevente



Eu Luna Miranda Novais, liguei no telefone  
(62) 99331-6777, no dia 20/08/2024,  
às 16:47 e confirmei com a funcionária Miriam.



 **Editor**



OS DOB

OS DOB

OS DOB

USO OBRIGATÓRIO  
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS

(Art. 13 da Lei nº 8.906/94)

TEM FÉ PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

19898311



ASSINATURA DO PORTADOR

*[Handwritten signature]*

OBSERVAÇÕES

ART. 30, INC. I, L. 8906/94







# ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL

CONSELHO SECCIONAL DE GOIÁS  
IDENTIDADE DE ADVOGADO

NOME

BRUNO GOMES PERES ROCHA

INSCRIÇÃO

75662

FILIAÇÃO

MARINHO DA ROCHA FILHO  
MARIA DA GLORIA GOMES PERES ROCHA

NATURALIDADE

GOIÂNIA-GO

DATA DE NASCIMENTO

27/08/1985

CPF

011.228.651-80

VIA EXPEDIDO EM

01 18/04/2025

RG

3591383 -2ª VIA SSP-GO

RAFAEL LARA MARTINS  
PRESIDENTE

